



196

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0307296-0 (0049867-67.2007.8.17.0001)

Embargante: Silvio Roberto dos Santos e Maria do Carmo Bezerra dos Santos

Embargado: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE (representante do SASSEPE)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. INCLUSÃO DE GENITORA COMO DEPENDENTE NO SASSEPE. NECESSIDADE DE NÃO TER CÔNJUGE, COMPANHEIRO(A), FILHO(A) E MENORES SOB TUTELA OU GUARDA JUDICIAL INSCRITOS COMO DEPENDENTE E COMPROVAR DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO QUE ATESTE A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA GENITORA PARA COM SEU FILHO. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO COMO DEPENDENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. O acórdão embargado orientou-se no sentido de manter a decisão de primeiro grau que julgou improcedente o pleito do ora embargante, o qual consistia em incluir sua genitora como dependente no SASSEPE, em razão de não ter sido comprovada a dependência econômica constante no art. 13, §8º, da Lei Complementar nº 30/2001.
2. A questão em tela foi devidamente enfrentada e os fundamentos utilizados na decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.
3. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para rediscussão de matéria.
4. O julgador não está adstrito a analisar todos os argumentos levantados pelo embargante, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. Precedentes do STJ.
5. Não se viabiliza por meio de Embargos de Declaração, o prequestionamento explícito de dispositivos constitucionais para a abertura da via extraordinária, sob o risco de incorrer em usurpação de competência.
6. Embargos de Declaração rejeitados.
7. Decisão Unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0307296-0 (0049867-67.2007.8.17.0001), acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

PA
K

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0307296-0 (0049867-67.2007.8.17.0001)

Embargante: Silvio Roberto dos Santos e Maria do Carmo Bezerra dos Santos

Embargado: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE (representante do SASSEPE)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Apelo, mantendo a decisão que julgou improcedente o pleito do ora embargante, o qual consistia em incluir sua genitora como dependente no SASSEPE, em razão de não ter sido comprovada a dependência econômica constante no art. 13, §8º, da Lei Complementar nº 30/2001.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois, deixou de se pronunciar expressa e explicitamente sobre a aplicação dos art. 5º, 6º, 170 e 197 da Constituição Federal, arts. 6º, 22, 46, 47, 51 e 54 do CDC e 478 e 480 do Código Civil. Além disso, aduz que os presentes embargos tem o fito de provocar o prequestionamento explícito das questões constitucionais supracitadas.

Pugna, ao final, pelo acolhimento deste Recurso, para sanar a omissão existente no julgado recorrido.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



199
ju

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0307296-0 (0049867-67.2007.8.17.0001)

Embargante: Silvio Roberto dos Santos e Maria do Carmo Bezerra dos Santos

Embargado: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE (representante do SASSEPE)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Compulsando os autos, vê-se que a questão deduzida no presente Recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois os embargantes pretendem apenas a rediscussão da matéria. Explico.

Não há nenhum dos vícios que ensejem a interposição de Embargos. Tais argumentações foram averiguadas no julgamento ora questionado.

O recorrente não trouxe provas suficientes para comprovar a dependência econômica prevista 13 da Lei Complementar nº 30/2001, legislação que regula o SASSEPE. O documento trazido como fonte de comprovação de rendimento (fls. 95) é um extrato de saque no valor de R\$540,00 (quinhentos e quarenta reais) em uma conta do INSS.

Tal documento não tem a capacidade de atestar a renda mensal de sua mãe. Para provar a referida renda e, conseqüentemente, a dependência, o embargante poderia ter colacionado aos autos documentos, tais como extrato da conta bancária e/ou declaração do INSS comprovando o valor do benefício recebido.

Apesar de o recorrente alegar a prática de normas abusivas e/ou desvantajosas, evocando a incidência das normas consumeristas na presente relação, entendo que não há aqui qualquer excesso ou abuso por parte do SASSEPE/IRH-PE. Como já explicitado, foi o embargante que não cumpriu com as exigências mínimas para incluir sua mãe como dependente.

Assim, vê-se que todas as alegações presentes neste embargo foram cuidadosamente examinadas no Recurso embargado. Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Desse modo, tem-se que o aresto embargado já enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

Importa trazer à colação os seguintes julgados do STJ e deste Egrégio Tribunal de Justiça, assim ementados:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO PREVISTO NO ART. 535 DO CPC. 1. Pedido da parte embargante que se restringe à rediscussão do mérito, via para a qual os embargos de declaração não se prestam, pois que recurso de integração e não de substituição. 2. Mesmo que se considere que o objetivo da parte embargante seja o de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe, necessariamente, haver a existência de vício descrito no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos. 3. Embargos de declaração rejeitados. (grifei)
(STJ - EDcl no AgRg no AREsp 82192 / RJ. DJe 07/08/2012. Ministra Maria Isabel Gallotti. Decisão unânime).*

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL EXPRESSAMENTE AFASTADA PELO TÍTULO EXECUTIVO. COISA JULGADA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza violação ao art. 535 do CPC. 2. Transitado em julgado o título judicial sem limitação ao pagamento integral do reajuste, não cabe à União e às autarquias federais alegar, por meio de Embargos, a compensação com tais reajustes, sob pena de ofender a coisa julgada(...). 4. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento apropriado para rediscutir a matéria de mérito. 5. Recurso Especial não é a via adequada para examinar eventual contrariedade a enunciado sumular, ainda que vinculante, por não estar este compreendido na expressão "lei federal". 6. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 298.914/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 26/06/2013).

No que tange ao pedido de prequestionamento a respeito da violação ao disposto nos arts. 5º, 6º, 170 e 197 da Constituição Federal, arts. 6º, 22, 46, 47, 51 e 54 do CDC e 478 e 480 do Código Civil, cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial acerca da matéria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER PROTETÓRIO DO RECURSO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição no julgado, não prosperam os embargos de declaração, que não se prestam para provocar o reexame de matéria já decidida. 2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, tampouco para prequestionar dispositivos ou princípios constitucionais, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Carta Magna. 3. Embargos declaratórios rejeitados. Aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa.

(ST - EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1331587/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 19/08/2013)

Ademais, cumpre esclarecer que o julgador não está adstrito a julgar a lide analisando todas as alegações das partes. Nesse sentido, colhe-se recente decisão do STJ e deste Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1º DA LEI N. 1.533/51. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NECESSIDADE de reexame de prova. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, em obediência aos Princípios da Economia Processual e da Fungibilidade.

EDcl no AgRg no REsp 1.208.878/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30.5.2011.

(...) 3. Inexistente a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida. 4. Dessarte, o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu. 5. Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto. (...) Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, mas improvido.

(STJ - EDcl no AREsp 263.124/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013).

A decisão embargada enfrentou todas as questões suscitadas, analisando detidamente todos os fundamentos pertinentes, apenas não atendendo a tese defendida pelo embargante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

202
2

Sendo assim, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo julgador ao decidir a matéria, e, portanto, ausente a necessidade de esclarecimentos no julgado recorrido, não prosperam as razões da parte embargante.

Dessa forma, voto no sentido de rejeitar os Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator